Conselho na falta ou impedimento do Ministro da Marinha, tendo voto de qualidade.

§ 2.º Por decisão do Conselho General da Armada podem eventualmente dele fazer parte, com voto, os officiaes generais desempenhando funções efectivas no Ministério da Marinha ou suas dependências e o comandante em chefe das forças da armada surtas em Lisboa, quando a natureza dos assuntos a tratar justifique a sua presença.

Art. 6.º É mantida a extinção das Intendências dos Serviços Técnicos e do Pessoal da Armada, conforme o preceituado no artigo 1.º do decreto n.º 13:640, de 20 de Maio de 1927, continuando a existir as respectivas direcções de serviço, repartições do pessoal e de saúde naval, na dependência directa do superintendente dos serviços da armada.

Art. 7.º São extintas as secretarias do Comando Geral da Armada e o cargo de chefe do estado maior do Comando Geral da Armada e é criada a secretaria, constituída por um chefe, official superior de marinha, um capitão-tenente ou primeiro tenente de marinha e um secretário, official do secretariado naval.

§ 1.º Além das funções gerais próprias de chefe de secretaria compete ao chefe dos serviços da secretaria, citado neste artigo, servir de secretário do Conselho General da Armada e do Conselho Técnico Naval.

§ 2.º As funções especiais do chefe dos serviços de secretaria são fixadas pelo chefe do estado maior naval.

Art. 8.º O chefe do estado maior naval tem um ajudante de campo, tenente de marinha, prestando serviço na secretaria do chefe do estado maior naval.

Art. 9.º A secretaria da Superintendência dos Serviços da Armada competem os serviços designados no artigo 66.º do regulamento geral orgânico do Ministério da Marinha, os do respectivo expediente e a elaboração da ordem diária à armada.

Art. 10.º O superintendente dos serviços da armada é considerado, para os efeitos de execução de serviços, como comandante superior das forças, unidades e serviços da armada.

Art. 11.º Os superintendentes dos serviços da armada e do Arsenal da Marinha despacham directamente com o Ministro em todos os assuntos próprios das suas administrações. Despacham porém com o chefe do estado maior naval no que diz respeito à parte militar, técnica e administrativa de todos os assuntos que se referem a movimentos de forças e unidades da armada, aprontamento de navios, exercícios e missões de serviço, bem como no respeitante a alterações a introduzir nos vários serviços.

Art. 12.º As autoridades exercendo funções de chefia ou de direcção na Administração Central de Marinha devem, por meio de instruções especiais, verbais ou escritas, determinar a delegação de autoridade que podem conceder, bem como devem ser substituídas na sua falta ou impedimento.

Art. 13.º Este decreto entra immediatamente em vigor e revoga toda a legislação em contrario.

Determina-se portanto a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução do presente decreto com força de lei pertencer o cumpriam e façam cumprir e guardar tam inteiramente como nêle se contém.

Os Ministros de todas as Repartições o façam imprimir, publicar e correr. Dado nos Paços do Governo da República, em 7 de Junho de 1928.—ANTÓNIO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA — José Vicente de Freitas — José da Silva Monteiro — António de Oliveira Salazar — Júlio Ernesto de Moraes Sarmiento — Anibal de Mesquita Guimarães — António Maria de Bettencourt Rodrigues — José Bacelar Bebiano — Duarte Pacheco — Joaquim Nunes Mexia.

Comando Geral da Armada

Repartição do Pessoal

Portaria n.º 5:415

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro da Marinha, que a lotação do cruzador *Vasco da Gama* seja alterada, na parte respeitante ao estado maior, pela forma seguinte:

Capitão de mar e guerra, comandante	1
Capitão de fragata, imediato	1
Primeiro tenente	1
Primeiros ou segundos tenentes	2
Segundos tenentes.	3
Primeiro tenente médico	1
Capitão-tenente ou primeiro tenente engenheiro maquinista.	1
Segundo tenente engenheiro maquinista	1
Segundos tenentes engenheiros maquinistas ou maquinistas condutores ou guardas-marinhas engenheiros maquinistas ou maquinistas condutores	3
Primeiro ou segundo tenente da administração naval	1
	15

Paços do Governo da República, 6 de Junho de 1928.—O Ministro da Marinha, *Anibal de Mesquita Guimarães*.

Portaria n.º 5:416

Tendo sido aprovados pelo decreto n.º 12:253, de 30 de Agosto de 1926, os estatutos da *mess* dos officiaes da armada e sendo conveniente para o seu regular funcionamento fixar o pessoal necessário para o seu serviço: manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro da Marinha, que a lotação da referida *mess* seja constituída pelo pessoal seguinte:

Sargento ou praça de marinhagem do serviço activo ou reformado, com aptidão para escriturário	1
Despenseiro de 1.ª ou 2.ª classe	1
Primeiros cozinheiros	2
Criados	4
Grumetes de manobra	5

Paços do Governo da República, 6 de Junho de 1928.—O Ministro da Marinha, *Anibal de Mesquita Guimarães*.

MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Direcção Geral dos Negócios Comerciaes e Consulares

1.ª Repartição

Por ordem superior se faz público que, segundo informa a Legação de Portugal em Paris, a República dos Estados Unidos da América ratificou em 22 de Maio de 1928 a Convenção Sanitária Internacional assinada em Paris aos 21 de Junho de 1926.

Direcção Geral dos Negócios Comerciaes e Consulares, 4 de Junho de 1928.—O Director Geral, *A. de Oliveira Soares*.